

# **DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2018**

## **Centro Social Recreativo e Cultural de Pedralva – IPSS**



Instituição Particular de Solidariedade Social  
Rua Central, 60 – Pedralva  
3780-177 – S. Lourenço do Bairro  
Telefone: 231528255  
Fax: 231528255  
E-mail: [csrc.pedralva@sapo.pt](mailto:csrc.pedralva@sapo.pt)

Exmos Senhores Associados:

Dando cumprimento aos preceitos legais e estatutários, vimos submeter à apreciação Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração de Resultados e o Anexo, relativos ao exercício de dois mil e dezoito.

### **Nota Introdutória**

O Centro Social Recreativo e Cultural de Pedralva, Instituição Particular de Solidariedade Social, situada na rua central, n.º 60, freguesia de S. Lourenço do Bairro, concelho de Anadia, distrito de Aveiro, registado a título definitivo, na Direcção Geral da Segurança Social, desde 15/07/1994 no Livro n.º 6 das Associações de Solidariedade Social, sob o n.º 65/94, a folhas 11 verso. Foi declarada, nos termos do art.º 8 dos referidos Estatutos, como Pessoa Colectiva de Utilidade Pública, pelo Decreto-Lei n.º 119/83, de 25 de Fevereiro.

Actualmente, esta Instituição continua a integrar as respostas sociais de Centro de Dia e Serviço de Apoio Domiciliário. No que diz respeito a resposta social de Centro de Dia, a capacidade da Instituição é de 40 clientes, tendo acordo de cooperação com o Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social de 35 clientes, apoiando efectivamente 35 clientes. Relativamente a resposta social de Apoio Domiciliário, o acordo de cooperação é para 30 clientes onde efectivamente esta Instituição apoia os 30 clientes. No que diz respeito aos serviços prestados em ambas as respostas sociais poder-se-á mencionar que, esta Instituição presta cuidados de higiene pessoal e conforto, presta serviços de higiene habitacional; presta serviços de confecção, transporte e/ou distribuição de refeições/alimentação; presta serviços de tratamento de roupas e ainda presta apoio ao nível do acompanhamento ao exterior; presta serviços na aquisição de bens e/ou géneros alimentícios e outros artigos, especificamente medicação, apoia e colabora nos serviços de socialização/ actividades de animação sociocultural, presta auxílio em pequenas reparações no domicílio e ainda disponibiliza a informação facilitadora de acesso a serviços da comunidade adequados à satisfação de outras necessidades.

Indo de encontro às actividades desta Instituição, a mesma tem parceria com o Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social ao nível de Rendimento Social de Inserção

– RSI, esta Instituição é a responsável pelo acompanhamento dos beneficiários de RSI na freguesia de S. Lourenço do Bairro.

Todos os aspectos salientados até aqui vão no fundo ao encontro não só do que é a Missão desta Instituição, - “promover a autonomia e o desenvolvimento pessoal através de respostas individualizadas, qualificadas e humanizadas actuando na área da Terceira Idade e Comunidade em geral” bem como a sua Visão, - “Projectar-se na comunidade como uma instituição empreendedora e sustentável, desenvolvendo e melhorando continuamente a qualidade dos serviços prestados, tornando-se numa Referência para a comunidade em geral” e seus Valores que assentam na: Afetividade; Multidimensionalidade; Solidariedade; Individualidade; Qualidade; Participação; Inovação; Sustentabilidade ambiental.

#### **1. Actividade**

No ano em análise a Instituição continuou a prestar os serviços nas valências de Centro de Dia e Apoio Domiciliário.

#### **2. Investimentos**

No exercício de 2018 não foram efectuados investimentos.

#### **3. Gastos e Receitas**

Os custos ocorridos no exercício decorrem da actividade normal da Instituição dos quais salientamos o aumento dos custos das matérias consumidas, dos fornecimentos externos e dos gastos com pessoal.

As receitas foram provenientes das comparticipações dos utentes, da Segurança Social, Junta de freguesia e Município de Anadia, subsídios do IEFP e reembolso de impostos.

#### **4. Resultados**

Os resultados do exercício de 2018 foram negativos no montante de -51 156,61 (cinquenta e um mil cento e cinquenta e seis euros e sessenta e um cêntimos), conforme pode confirmar-se nas peças contabilísticas que em anexo apresentamos – Balanço, Demonstração de Resultados e Anexo

#### **5. Proposta de aplicação de resultados**

A proposta da Direcção para a aplicação de resultados é de que os mesmos sejam transferidos na totalidade para a conta de resultados transitados.

#### **6. Perspectivas para o futuro**

A instituição terá com a maior brevidade de encontrar o equilíbrio financeiro, reestruturando os serviços e encontrando novas fontes de financiamento.

Finalmente, não podemos deixar de agradecer a colaboração prestada no decurso do presente exercício por todos os colaboradores da Instituição, assim como todas as entidades com quem esta manteve relações.

Pedralva, 16 de Março de 2019

A Direcção

CENTRO SOCIAL RECREATIVO E CULTURAL DE PEDRALVA  
ANEXO 2018

## Balanço

	Notas	2018	2017
<b>ACTIVO</b>			
<b>Activo não corrente</b>			
Activos fixos tangíveis		317 841,43	334 919,97
Outros activos financeiros		1 727,92	1 102,84
<b>Subtotal</b>		<b>319 569,35</b>	<b>336 022,81</b>
<b>Activo corrente</b>			
Inventários		1 069,00	999,50
Clientes		10 868,67	18 879,12
Diferimentos		2 467,08	1 536,15
Caixa e depósitos bancários		320 915,11	354 327,77
<b>Subtotal</b>		<b>335 319,86</b>	<b>375 742,54</b>
<b>Total do activo</b>		<b>654 889,21</b>	<b>711 765,35</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>			
<b>Capital Próprio</b>			
Resultados transitados		408 681,33	427 721,69
Outras variações de capital próprio		226 318,03	238 648,75
<b>Subtotal</b>		<b>634 999,36</b>	<b>666 370,44</b>
Resultado líquido do exercício		-51 156,61	-19 040,36
<b>Total do capital próprio</b>		<b>583 842,75</b>	<b>647 330,08</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Financiamentos obtidos		11 279,85	14 661,70
<b>Subtotal</b>		<b>11 279,85</b>	<b>14 661,70</b>
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores		19 850,49	16 821,57
Estado e outros entes públicos		9 479,08	5 992,50
Outras contas a pagar		30 437,04	26 959,50
<b>Subtotal</b>		<b>59 766,61</b>	<b>49 773,57</b>
<b>Total do Passivo</b>		<b>71 046,46</b>	<b>64 435,27</b>
<b>Total do capital próprio e do passivo</b>		<b>654 889,21</b>	<b>711 765,35</b>

A Direcção

O Contabilista Certificado

CENTRO SOCIAL RECREATIVO E CULTURAL DE PEDRALVA  
ANEXO 2018

## Demonstração de Resultados

Código de Contas		CUSTOS E PERDAS/PROVEITOS E GANHOS	Exercícios		
Pos	Neg		2018	2017	Var %
71/72		Vendas e serviços prestados	173 788,10	170 041,84	2,20%
75		Subsídios à exploração	194 475,46	193 905,83	0,29%
	61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-90 013,91	-77 128,60	16,71%
	62	Fornecimentos e serviços externos	-75 444,13	-80 698,58	-6,51%
	63	Gastos com pessoal	-253 802,67	-217 568,17	16,65%
78-785...		Outros rendimentos e ganhos	19 307,56	12 727,47	51,70%
	68-685...	Outros gastos e perdas	-2 632,06	-2 916,17	-9,74%
		<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>	<b>-34 321,65</b>	<b>-1 636,38</b>	<b>1997,41%</b>
761	64	Gastos / reversões de depreciação e de amortização	-17 078,54	-17 127,99	-0,29%
		<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>	<b>-51 400,19</b>	<b>-18 764,37</b>	<b>173,92%</b>
	79	Juros e rendimentos similares obtidos	574,25	57,23	903,41%
	69	Juros e gastos similares suportados	-330,67	-333,19	-0,76%
	86	<b>Resultado antes de impostos</b>	<b>-51 156,61</b>	<b>-19 040,33</b>	<b>168,68%</b>
	812	Impostos sobre o rendimento do período	0,00	0,00	0,00%
		<b>Resultado líquido do período</b>	<b>-51 156,61</b>	<b>-19 040,33</b>	<b>168,68%</b>

A Direcção

---

O Contabilista Certificado

---

## **ANEXO 2018**

### **1. IDENTIFICAÇÃO**

O Centro Social Recreativo e Cultural de Pedralva, Instituição Particular de Solidariedade Social, situada na rua central, n.º 60, freguesia de S. Lourenço do Bairro, concelho de Anadia, distrito de Aveiro, registado a título definido, na Direcção Geral da Segurança Social, desde 15/07/1994 no Livro n.º 6 das Associações de Solidariedade Social, sob o n.º 65/94, a folhas 11 verso. Foi declarada, nos termos do art.º 8 dos referidos Estatutos, como Pessoa Colectiva de Utilidade Pública, pelo Decreto-Lei n.º 119/83, de 25 de Fevereiro.

### **2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

As demonstrações financeiras anexas estão em conformidade com todas normas, que lhes são aplicáveis, que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), os quais são designados genericamente por NCRF. Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas o Decreto-Lei nº158/2009 de 13 de Julho, a estrutura conceptual do SNC (Aviso nº15652/2009); os Modelos de Demonstrações Financeiras (portaria nº986/2009), o Código de Contas (Portaria nº1011/2009) e as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) (Aviso nº 15655/2009) e as Normas Interpretativas (Aviso nº 15653/2009). Na sequência do decreto-lei nº 36-A/2014 que define as regras simplificadas de contabilidade para as microentidades/microempresas e entidade sem fins lucrativos, nomeadamente as IPSS, foram publicadas as seguintes portarias. Portaria nº 105/2014 que aprova os modelos de demonstrações financeiras aplicáveis às entidades do sector não lucrativo e a portaria nº 106/2014 que aprova o código de contas específico para as entidades do sector não lucrativo.

Sempre que o SNC não responda a aspectos particulares de transacções ou situações são aplicadas supletivamente e pela ordem indicada, as Normas Internacionais de Contabilidade, adoptadas ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho; e as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respectivas interpretações SIC-IFRIC.

As políticas contabilísticas foram aplicadas de forma consistente para todos os exercícios apresentados.

### **3. PRINCIPAIS POLITICAS CONTABILISTICAS**

### **3.1. BASES DE MENSURAÇÃO USADAS NA PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

#### **Imparidade de activos**

À data de cada relato, e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o activo se encontra registado possa não ser recuperável, é efectuada uma avaliação de imparidade dos activos. Sempre que o montante pelo qual o activo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada em resultados

A quantia recuperável é a mais alta entre o preço de venda líquido e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do activo, numa transacção entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos directamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do activo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada activo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o activo pertence. A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados sendo efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse registado em exercícios anteriores.

#### **Activos fixos tangíveis**

Os activos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção, o que compreende (i) o seu preço de compra, (ii) quaisquer custos directamente atribuíveis para colocar o activo na localização e condição necessárias para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida e; (iii) sempre que aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção do item e de restauração do local no qual este está localizado.

Os activos fixos tangíveis são registados ao custo de aquisição ou produção, deduzido de amortizações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método do saldo decrescente em conformidade com o

período de vida útil estimado para cada grupo de bens. A quantia depreciável de um activo é determinada após dedução do seu valor residual, sempre que este não é considerado imaterial.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimados. Existindo algum indício de que se verificou uma alteração significativa da vida útil ou da quantia residual de um activo, é revista a depreciação desse activo de forma prospectiva para reflectir as novas expectativas.

Os dispêndios com reparação que não aumentem a vida útil dos activos nem resultem em melhorias significativas nos elementos dos activos fixos tangíveis são registadas como gasto do período em que incorridos. Os dispêndios com inspecção e conservação dos activos são registados como gasto.

As mais ou menos valias resultantes da alienação ou abate do activo fixo tangível são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas “Outros rendimentos e ganhos” ou “Outros gastos e perdas”.

### **Inventários**

As matérias primas estão valorizadas ao custo.

### **Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa compreende o dinheiro em caixa e em depósitos à ordem. Equivalentes de caixa consistem em investimentos a curto prazo (não superior a três meses), altamente líquidos que sejam prontamente convertíveis para quantias conhecidas de dinheiro e que estejam sujeitos a um risco insignificante de alterações de valor.

### **Reconhecimento de gastos e perdas e de rendimentos e ganhos**

Os gastos e rendimentos são reconhecidos no período a que dizem respeito, de acordo com o princípio da especialização de exercícios, independentemente da data/momento em que as transacções são facturadas. São estimados os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido.

### **Vendas de bens**

O rédito proveniente da venda de bens apenas é reconhecido quando (i) são transferidos para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens, (ii) não seja mantido um envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse ou o controlo efectivo dos bens vendidos, (iii) a quantia do rédito pode ser fiavelmente mensurada, (iv) seja provável que os benefícios económicos associados com as transacções fluam para a Instituição e (v) os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transacção possam ser fiavelmente mensurados.

As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber. As restantes receitas e despesas são registadas de acordo com o pressuposto do acréscimo pelo que são reconhecidas à medida que são geradas independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de diferimentos ou outras contas a pagar ou a receber.

### **Prestação de serviços**

O rédito associado com uma transacção que envolva prestação de serviços é reconhecido quando o desfecho dessa transacção possa ser fiavelmente estimado, isto é, quando:

(i) a quantia de rédito seja fiavelmente mensurada; (ii) seja provável que benefícios económicos associados com a transacção fluam para a Instituição; (iii) a fase de acabamento da transacção à data do balanço seja fiavelmente mensurada; e (iv) os custos incorridos com a transacção e os custos para concluir a transacção sejam fiavelmente mensurados.

### **Juízos de valor, estimativas e pressupostos críticos**

Na preparação das demonstrações financeiras foram adoptados certos pressupostos e estimativas que afectam os activos e passivos, rendimentos e gastos relatados. Todas as estimativas e assumpções realizadas pelo órgão de gestão foram efectuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transacções em curso. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento e complexidade, ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativas na preparação das demonstrações financeiras.

Vidas úteis dos activos fixos tangíveis e intangíveis: a determinação das vidas úteis dos activos, bem como o método de amortização, é essencial para determinar o montante de amortizações a reconhecer na demonstração dos resultados consolidados. Estes dois parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento da Direcção para os activos e negócios em questão.

#### **Acontecimentos após a data do balanço**

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são reflectidos nas demonstrações financeiras. Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço, quando materialmente relevantes, são divulgados nas demonstrações financeiras.

### **3.2. OUTRAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS RELEVANTES**

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto de que uma entidade é uma entidade em continuidade e de que continuará a operar no futuro previsível.

As demonstrações financeiras foram ainda preparadas de acordo com o regime contabilístico do acréscimo (ou da periodização económica).

### **3.3. PRINCIPAIS PRESSUPOSTOS RELATIVOS AO FUTURO**

Tal como já foi referido, os pressupostos considerados pela Direcção foram determinados com base na melhor informação disponível à data de preparação das demonstrações financeiras e na experiência e conhecimento do negócio e da realidade envolvente da instituição. Deste modo, não foram identificados pressupostos relativos ao futuro que sejam passíveis de provocar um ajustamento material nas quantias escrituradas de activos e passivos durante o ano financeiro seguinte.

### **3.4. Principais fontes de incerteza das estimativas**

Pelas razões já indicadas, não foram identificadas por parte da Direcção eventuais fontes de incerteza utilizadas aquando da elaboração das estimativas que envolvam risco significativo de provocar um ajustamento material nas quantias escrituradas de activos e passivos durante o ano financeiro seguinte. Poderão, contudo, ocorrer situações em

períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram considerados nessas estimativas.

#### 4. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Métodos de depreciação, vidas úteis e taxas de depreciação usadas nos activos fixos tangíveis

a) Os critérios de mensuração usados para determinar a quantia escriturada bruta:

Os activos tangíveis estão valorizados de acordo com o modelo custo, segundo o qual um item do activo fixo tangível é escriturado pelo seu custo menos qualquer depreciação acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

b) Método de depreciação usado:

A Instituição deprecia os seus bens do activo fixo tangível de acordo com o método da linha recta. De acordo com este método, a depreciação é constante durante a vida útil do activo se o seu valor residual não se alterar.

c) Vidas úteis e taxas de depreciação usadas:

As depreciações do período são calculadas tendo em consideração as seguintes vidas úteis e taxa de depreciação médias:

<u>Activos tangíveis</u>	<u>Vida útil</u>	<u>Taxa de depreciação</u>
Terrenos e recursos naturais	-	-
Edifícios e outras construções	25 – 20	4% – 5%
Equipamento básico	10 – 3	10% – 33,33%
Equipamento de transporte	6 – 4	16,66% – 25%
Equipamento administrativo	10 – 3	10% – 33,33%
Outros activos fixos tangíveis	10 – 3	10% – 33,33%

CENTRO SOCIAL RECREATIVO E CULTURAL DE PEDRALVA  
ANEXO 2018

2018

	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros activos fixos tangíveis	Activos tangíveis em curso	Total
<b>Quantia escriturada bruta</b>								
Saldo inicial	20 963,94	375 724,89	82 412,36	88 396,44	15 092,54	4 388,23	45 725,75	<b>632 704,15</b>
Aquisições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	<b>0,00</b>
<b>Saldo final</b>	<b>20 963,94</b>	<b>375 724,89</b>	<b>82 412,36</b>	<b>88 396,44</b>	<b>15 092,54</b>	<b>4 388,23</b>	<b>45 725,75</b>	<b>632 704,15</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>								
Saldo inicial	0,00	(138 464,23)	(64 962,51)	(75 331,36)	(14 637,85)	(4 388,23)		<b>(297 784,18)</b>
Aumentos	0,00	(8 609,33)	(3 903,86)	(4 355,03)	(210,32)	0,00		<b>(17 078,54)</b>
Alienações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		<b>0,00</b>
Abates	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		<b>0,00</b>
Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		<b>0,00</b>
<b>Saldo final</b>	<b>0,00</b>	<b>(147 073,56)</b>	<b>(68 866,37)</b>	<b>(79 686,39)</b>	<b>(14 848,17)</b>	<b>(4 388,23)</b>		<b>(314 862,72)</b>
<b>Quantia escriturada</b>	<b>20 963,94</b>	<b>228 651,33</b>	<b>13 545,99</b>	<b>8 710,05</b>	<b>244,37</b>	<b>0,00</b>	<b>45 725,75</b>	<b>317 841,43</b>

**DEPRECIÇÕES DO PERÍODO**

Descrição	2018	2017
Edifícios e outras construções	8 609,33	8 609,33
Equipamento básico	3 903,86	3 953,31
Equipamento de transporte	4 355,03	4 355,03
Equipamento administrativo	210,32	210,32
Outros activos fixos tangíveis	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>17 078,54</b>	<b>17 127,99</b>

5. Indicação do número médio de pessoas ao serviço da Instituição, no exercício, repartido por valências.

**MAPA DE MÉDIA DE FUNCIONÁRIOS**

	Centro de Dia	Apoio Domiciliário	Sector Administrativo/geral	Total
Nº Médio	8	8	4	20

**6. Indicação do número médio de utentes por valências, no exercício.**

**MAPA DE MÉDIA DE UTENTES**

Meses	Centro de Dia	Apoio Domiciliário	Total
Janeiro	35	30	65
Fevereiro	35	30	65
Março	35	30	65
Abril	35	30	65
Maio	35	30	65
Junho	35	30	65
Julho	35	30	65
Agosto	35	30	65
Setembro	35	30	65
Outubro	35	30	65
Novembro	35	30	65
Dezembro	35	30	65
<b>Total</b>	<b>420</b>	<b>360</b>	<b>780</b>
Meses	12	12	
Nº Médio	35,00	30,00	

7. Discriminação da conta 4154 - "Fundos" e indicação das respectivas afectações.

**Não aplicável.**

8. Discriminação das dívidas incluídas na conta "Sector Público Administrativo" em situação de mora.

**Não aplicável.**

9. Desdobramentos das contas de provisões acumuladas e explicitação dos movimentos ocorridos no exercício, de acordo com um quadro do seguinte tipo:

**Não aplicável.**

10. Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas, como segue:

Descrição	2018		2017	
	Mat.Primas	Total	Mat.Primas	Total
Existencias iniciais	999,50	999,50	882,00	882,00
Compras	90 083,41	90 083,41	77 246,10	77 246,10
Existencias finais	(1 069,00)	(1 069,00)	(999,50)	(999,50)
<b>Custo das vendas</b>	<b>90 013,91</b>	<b>90 013,91</b>	<b>77 128,60</b>	<b>77 128,60</b>

11. Demonstração da variação da produção, como segue:

**Não aplicável.**

12. Indicação do movimento da conta 25 - Empréstimos obtidos, ocorrido no ano.

**Não aplicável.**

13. Outras informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados.

**Não aplicável.**

Pedralva, 16 de Março de 2019

A Direcção,

O Contabilista Certificado